

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Poder Executivo
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

Nota 01 - Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para 2022. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

Nota 02 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram **R\$ 24.113.679,59** (vinte e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos). A pormenorização das deduções da receita é a seguinte

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$	936,53
- Deduções de receita por restituições	R\$	8.419,69
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$	1.638,77
- Deduções de receita por compensação	R\$	0,00
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$	3.868.350,74
- Deduções de receita por retificações	R\$	0,00
- Outras Deduções de receita	R\$	0,00
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$	3.879.345,73

Nota 03 - Repasses Concedidos: de acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$	786.500,00
Outros Repasses Concedidos	R\$	0,00
Total dos repasses concedidos	R\$	786.500,00

Nota 04 - Utilização do Superávit Financeiro o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2021 e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2022 como fontes de abertura para créditos adicionais. O superávit total foi de R\$ 5.746.333,22 (cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos), e sua utilização como fonte para abertura de créditos adicionais totalizou: R\$ 5.715.210,50 (cinco milhões setecentos e quinze mil, duzentos e dez reais e cinquenta centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2021	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
0001 – Recursos Livres	5.015.012,84	4.895.206,05
0020 - MDE	6.368,11	6.102,08
0040 – ASPS	85.009,25	85.009,25
1002 – Salário Educação	23.518,49	22.900,00
1003 – Merenda Escolar União	8.357,71	8.357,71
1032 - PNATE	3.775,42	3.775,42
1034 - CIDE	54,88	54,88
1066 – Fundo Mun. de Meio Ambiente	51.103,08	44.690,00
1079 – C.I.P – Contrib. P/Ilum. Pública	4.013,98	4.013,98
1086 – Bloco da Proteção Social Básica	32.857,44	18.000,00
1087 – Convênio AJ/050/18 Calçamento	(95.008,39)	0,00
1.093 – MTURISMO Centro de Cultura	1.949,59	1.949,59
1.096 – FEAS – 2019/20	5.112,76	5.112,76
1.097 – OGU CR 884907/2019 Calç. Sal	2.133,36	2.133,36
1.098 – OGU MAPA Conv. 892911/2019	31.855,49	31.855,49
1.099 – Transferências Especiais	765,88	0,00
1.100 – Conv.nº 893021/2019 – Rec. As.	3.254,71	2.832,32
1.101 – FEAS 2020/2021	4.745,47	4.745,47
1.102 – Conv. Fpe 2682/2020 – Perf.	12.009,68	12.009,68
1.103 – Conv. Cons. Pop. FPE 1459/21	8.489,63	8.489,63
1.104 – Mapa – Conv. nº 901774/2020	(143.250,00)	0,00
1.105 – Conv. nº 911840/2021 - Patrulha	(62.137,80)	0,00
1.106 – Conv. Cons. Pop. nº 2309/2019	28.791,77	28.572,00
1.107 – Educação – Dev. Adto Transp.	10.500,00	10.500,00
4011 – Atenção Básica PIES	146.918,07	126.459,00
4050 – Farmácia Básica	43.916,09	43.848,00
4090 – PSF/Saúde Bucal/Pacs	105.820,94	20.000,00
4500 – Custeio Atenção Básica	352.131,48	293.303,32
4502 – Custeio Vigilância em Saúde	55.972,78	33.000,00
4503 – Custeio Assist. Farmacêutica	1.235,85	1.235,85
4504 – Custeio Gestão do SUS	1.054,66	1.054,66
TOTAIS	5.746.333,22	5.715.210,50

As fontes destacadas na tabela se referem a transferências voluntárias da União e Estado onde o empenho precede a entrada de recursos e, portanto, as mesmas se apresentam negativas.

Nota 05 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2022, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 13/2021, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Bozano pessoa jurídica de direito público é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, 05 Secretarias Municipais, Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2022, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 7.584.655,63. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 12% (doze por cento).

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, créditos tributários, dívida ativa de curto prazo transferências voluntárias da União ou do Estado e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 95% do total de créditos. O restante, correspondente a 5% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante

do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em **contas redutoras do ativo**, tanto no curto quanto no longo prazo.

Nota 5 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação positiva da ordem de R\$ 18.532,85 decorrente da participação em Consórcios Públicos.

Nota 6 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores reavaliados, pois o Município contratou empresa especializada a fim evidenciar o patrimônio pelo seu valor real, e com o uso da depreciação a partir de 2021 e em 2022, pelo método de quotas constantes. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.482.424,99
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	295.506,74
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	636.341,89
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	79.949,42
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	3.153.382,25
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	98.850,34
Total de Bens Móveis	9.741.455,63

O valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no fim do período estão sintetizados na relação seguinte:

Título / Subtítulo	Valor contábil bruto	Depreciação acumuladas em 31/12/2022
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.482.424,99	(541.113,35)
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	295.506,74	(46.410,70)
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	636.341,89	(81.842,16)
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	79.949,42	(7.481,99)
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	3.153.382,25	(330.198,07)
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	98.850,34	(9.605,42)

Nota 7 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, deu-se início aos procedimentos de inventário, avaliação / reavaliação, depreciação e quando cabível, a amortização ou exaustão dos bens imóveis, em 2021, com sequência em 2022. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 75% para a formação do Ativo Imobilizado. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens imóveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	10.634.038,42
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	10.068.749,56
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	5.204.426,80
Total de Bens Imóveis	25.907.214,78

O valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no fim do período estão sintetizados na relação seguinte:

Título / Subtítulo	Valor contábil bruto	Depreciação acumuladas em 31/12/2022
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	10.634.038,42	(188.569,82)
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	10.068.749,56	(11.538,80)
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	5.204.426,80	(15.910,92)

Nota 8 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No caso do Município de Bozano, todas as obrigações existentes nesse grupo foram quitadas em 2022.

Nota 9 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: o Município tem contratado junto ao BADESUL um financiamento da linha PIMES através do contrato nº 009/2019, no montante de R\$ 845.938,31, com liberações em 2020 e em 2021. O referido valor após a amortização das parcelas em 2022 ficou contabilizado pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2022, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a

título de empréstimos e financiamentos, com vencimento no curto prazo (12 meses) e o restante no longo prazo. Somando-se os valores registrados no curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 513.855,99.

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores liquidados de dívidas com fornecedores e contas a pagar do curto prazo totalizaram ao final de 2022 o valor de R\$ 0,00. Os valores empenhados, porém, pendentes de liquidação não compõem o passivo de curto e longo prazo, eles fazem parte do quadro dos ativos e passivos financeiros da Lei 4.320/64 e das contas orçamentárias de restos a pagar não processados.

Nota 11 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 8.820,71, e dizem respeito ao PASEP a ser recolhido à União.

Nota 12 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo e de Longo prazo referem-se a bens recebidos em comodato do Governo Estadual, sendo duas carretas agrícolas e um trator da marca John Deere, totalizando um valor de R\$ 114.100,00 no longo prazo, pelo fato da cedência ser para cinco anos.

Nota 13 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2022 totalizou em R\$ 1.190.726,47, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2022 apresentou um acréscimo de R\$ 271.204,21 em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2021, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos

financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2022 somou R\$ 1.190.726,47, sendo que, deste total, R\$ 515.186,48, ou seja, 43% foram inscritos sem a necessária disponibilidade financeira para a sua cobertura, por se tratarem de convênios assinados entre o Governo Estadual e o Municipal, bem como do Federal com o Municipal, através do Convênio FPE nº 2021/4255 Pavimenta RS, Convênio Federal OGU/MDR nº 932241 - Calçamento Linha 11 Letos, ainda não repassados ao município, os quais constam em restos a Receber. A tabela a seguir demonstra a composição da Dívida Flutuante:

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	12.065,08	8.820,71	12.065,08	8.820,71
Restos a Pagar Não Processados	907.457,18	1.181.905,76	907.457,18	1.181.905,76
Totais	919.522,26	1.190.726,47	919.522,26	1.190.726,47

Nota 14 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 5.379.111,60, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 20% em relação ao ano de 2021. Esse grande incremento deve-se para além das variações patrimoniais aumentativas terem sido superiores às diminutivas, à reavaliação patrimonial que foi realizada nesse exercício, a qual trouxe o valor patrimonial ao seu valor real.

Nota 15 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/64: esse quadro evidencia os ativos e passivos distinguindo o ativo permanente do financeiro, e da mesma forma o passivo, através desse quadro é possível obtermos o superávit financeiro do Exercício, que é obtido pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que em 2022 totalizou o valor de R\$ 6.393.929,16, o qual está identificado por fontes de recurso no quadro anexo ao Balanço Patrimonial chamado: Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei Nº 4.320/1964).

Nota 16 – Quadro das Contas de Compensação – Lei 4.320/64: esse quadro apresenta um saldo no item: Atos Potenciais Passivos / Obrigações Contratuais no valor de R\$ 1.951.991,21. Esse valor refere-se a contratos novos e aditivos de contratos com fornecedores de: Fornecimento de Bens no valor de R\$ 294.605,04, de Serviços no valor de R\$ 671.121,39, de Obras no valor de R\$ 954.527,47, de consórcios ainda não prestados contas no valor de R\$ 1.517,23, bem como de contrato de aluguéis no valor de R\$ 30.220,08.

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: o valor de R\$ 1.012.044,85 constante nessa VPA se refere ao saldo positivo da reavaliação patrimonial, iniciada no ano de 2021 e concluída em 2022.

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2022, os registros nesse item somaram **R\$ 240.953,71**, representando um aumento de 61% em relação ano anterior, o referido valor está formado pelas Multas Administrativas e Indenizações que somaram respectivamente **R\$ 13.438,47** e **R\$ 27.515,13**, bem como o valor de **R\$ 200.000,00**, referente a cessão de direito de operacionalização da folha de pagamentos.

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em 2021 o valor registrado neste item totaliza R\$ 1.048.906,36, sendo que o mesmo se trata de redução a valor recuperável do ativo imobilizado no valor de R\$ 974.895,61, bem como de ajustes para perdas de créditos e investimentos no valor de R\$ 45.858,14.

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2022, os registros nesse item somaram R\$ 33.025,85, representando um aumento de 1.178% em relação ano anterior, onde se destacam um aumento nas indenizações e restituições que em 2021 totalizavam o valor de R\$ 1.592,86 e em 2022 R\$ 22.069,35, representando um acréscimo de 1.285% em relação ao exercício anterior.

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 5.379.111,60. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 1%, haja vista que o resultado patrimonial de 2021 havia sido de R\$ 5.307.511,08. Essa variação positiva do patrimônio foi influenciada pelo incremento das receitas orçamentárias, 18% a mais em relação ao exercício anterior.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: não houve em 2022 nenhuma movimentação de alienação de ativos, nem execução de saldos de outros exercícios haja vista o saldo existente do último leilão ter sido totalmente executado em 2020.

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2022** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	5.105,16
9.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00- (R) DEDUCOES DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00
9.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00- (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	4.419,69
9.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00- (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS NÃO VINCULADOS	0,00
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	2.569.703,19
9.1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	8.869,83
9.1.7.1.8.06.1.1.04.00.00- (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	0,00
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	1.176.621,69
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00- (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	101.527,35
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	11.628,68
(R) OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.470,14
Total das Deduções da Receita Orçamentária	3.879.345,73

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta

de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com o disposto em Resolução do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 17/2021, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2022, 27,19% da receita resultante de impostos e transferências.

O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas **no exercício de 2022**:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 – MDE	1.555.166,26	2.028.068,63
0031 – Fundeb	1.088.502,77	1.088.502,77
1002 - Salário Educação	82.328,72	91.200,29
1003 - PNAE	11.589,41	19.939,99
1020 - PDDE	1.410,44	1.410,44
1032 - FNDE PNATE	43.385,79	34.971,41
1016 – Transporte Escolar – Convênio Estado	301.139,45	301.139,45
1107 – Educação Devolução Adto Transporte Escolar	0,00	10.500,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	3.083.522,84	3.575.732,98

Para além dos recursos demonstrados a educação ainda recebeu aportes financeiros da fonte de recursos livres 0001 no valor de R\$ 502.333,02.

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 18,32% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0001- Recursos Livres	0,00	25.595,21
0040 – ASPS	3.081.209,60	3.760.685,21
4.001 – Outras Receitas Municipais Aplicadas em Saúde	2.742,10	2.742,10
4.011 - Atenção Básica - PIES / Núcleo de Apoio à Atenção Básica - NAAB / Oficinas Terapêuticas / Redução de Danos / Rede Cegonha - exames pré-natais / Tele Diagnóstico em Doenças Respiratórias Crônicas / Fortalecimento da Promoção e Prevenção à Saúde / Verão numa Boa	185.800,77	130.628,95
4.050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	50.846,36	36.639,04

4.090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	73.966,36	73.472,41
4293 – Aquisição de Equip. e Material Permanente	53.187,31	0,00
4500 – Atenção Básica	760.496,31	486.620,99
4.501 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	0,00
4.502 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	44.772,61	34.420,87
4.503 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	16.975,43	14.494,90
4.504 - GESTÃO DO SUS	86,35	1.141,01
4.505 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	278.198,24	275.802,59
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	4.548.281,44	4.842.243,28

Ressalta-se ainda em relação às despesas com saúde que para cobertura das despesas com ASPS foram feitos repasses financeiros da fonte livre 0001 no valor de R\$ 619.276,01.

Nota 4 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores aqui informados referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS, que no Balanço encontram-se na linha das Recursos Vinculados à Assistência Social, mais os aportes de recursos livres aplicados para essa finalidade.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0.001 - Recursos Próprios do Município Aporte destinado ao Fundo Municipal de Assistência Social.	473.952,34	473.952,34
1.073 – FNAS – IGDSUAS	6.286,07	0,00
1.086 - FNAS – Bloco de Proteção Social Básica	30.495,00	24.027,94
1.096 – FEAS – 2019/20	574,46	5.687,22
1.101 – FEAS – 2020/21	563,27	1.887,78
1.108 – FEAS – 2021/22	7.039,00	2.027,00
1.118 – FEAS - 2022	6.227,26	0,00
1.119 – Bloco de Benefícios Eventuais	24.853,97	0,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	549.991,37	507.582,28

Nota 5 - Outras Destinações de Recursos: os valores aqui informados se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1034 - CIDE Combustíveis	6.213,85	6.172,47
1066 – Fundo Municipal de Meio Ambiente	8.953,71	57.928,99
1.079 - CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	59.918,17	53.466,89
1087 – Convênio AJ/050/18 – Calçamento Bozano/Santa Lúcia	91.053,79	0,00
1093 – MTURISMO – Centro de Cultura	135,14	1.949,59
1097 – OGU/MDR CR 884907/2019 Calçamento Vila Salto	3,87	2.133,36

1098 – OGU/MAPA – Convênio nº 892911/2019 – Acesso Distr. Salto	33,47	31.855,49
1099 – Transferências Especiais	126.830,18	0,00
1100 – Convênio nº 893021/2019 Recapeamento Asfáltico	15,42	2.832,32
1102 – Convênio FPE 2682/2020 – Perfuração de Poços	0,00	12.009,68
1103 – Convênio Consulta Popular FPE 1459/2020	0,00	8.489,63
1104 - MAPA - Convenio no 901774/2020 - Retroescavadeira	143.250,00	0,00
1105 - MAPA - Convenio no 911840/2021 - Patrulha Agrícola Mecanizada	147.942,46	101.595,00
1106 – Convênio Consulta Popular FPE 2309/2019	2.992,07	28.572,00
1109 – Convênio Consulta Popular nº 2845/2021 - Adubo	14.679,38	10.440,00
1110 – Ilumina – Convênio FPE nº 009/2022	100.833,61	80.957,77
1111 – Pró-Esporte – FPE nº 2022/0342	307.393,10	284.000,00
1112 – Pavimenta/RS – FPE nº 2021/4255	423.669,52	700.000,00
1113 – TCT-PRF – 013/2022 ELETROBRÁS	95.006,39	0,00
1114 – Portaria 969/22 Sec. Nacional de Proteção e Defesa Civil	38.803,80	38.803,80
1115 – CESSÃO ONEROSA -BÔNUS ASSINATURA	181.483,01	0,00
1116 – Convênio nº 932241 – Calçamento Linha 11	0,00	238.856,00
1117 – Recursos do Trânsito	13,29	0,00
1120 – Convênio FPE Nº 918/2022 – IRRIGA MAIS	118.560,00	0,00
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	1.867.784,23	1.660.062,99

Nota 6 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro de 2022.

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.181.905,76	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	8.820,71	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		870.117,20
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		12.065,08
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	1.863,51	1.863,51
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	28.444,06	28.444,06
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	0,00	0,00
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES	2.288.464,62	1.606.797,68
.	.	.
Outros recebimentos extraorçamentários	529.871,04	
Outros pagamentos extraorçamentários		1.211.537,98
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	4.039.369,70	3.730.825,51

Nota 7 – Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentárias. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 6.401.725,23, contribuindo para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa positiva. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme o MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: não houve ingressos nas atividades de investimento no exercício de 2022. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante, como obras, instalações, equipamentos, material permanente e bens imóveis, com destaque para a aquisição de uma área de terras no valor de R\$ 1.750.029,00. Ocorreram outros desembolsos de investimentos dos quais se destaca o valor de R\$ 25.000,00, referente ao repasse ao Hospital de Caridade de Ijuí a título de auxílio, bem como o valor de R\$ 58.024,04 referente à restituição à União e ao Estado de saldos de convênios não executados. No exercício de 2022, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R\$ (5.366.745,88),

diminuindo a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes, e no exercício de 2022 não houve ingressos nesse fluxo de caixa. Os desembolsos são decorrentes da amortização da dívida, que em 2022 totalizou um desembolso no valor de R\$ 176.179,20. O resultado desse fluxo foi negativo de R\$ 176.179,20.

Nota 5 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa: o valor gerado de R\$ 918.800,15, se deve ao resultado positivo do fluxo de caixa operacional, somado ao resultado positivo acumulado do exercício anterior.

Renato Luís Casagrande

Prefeito Municipal

CPF: 474.516.020-87

Danielle Fontella Lago

Contadora

CRC/RS 75.558